



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ATANº 001/2024**

**QUINTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, em sessão de videoconferência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador MÁRCIO VIDAL (cadeira 1), reuniu-se a egrégia 5ª Câmara Cível de Direito Privado, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores, JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (cadeira 2) e SEBASTIÃO DE ARRUDA ALMEIDA (cadeira 3), membro do Ministério Público Excelentíssima Senhora Doutora EUNICE HELENA RODRIGUES DE BARROS, a Diretora da Secretaria Provisória, Carla Rosana Pacheco. O Presidente da sessão declarou aberta e instalada a 5ª Câmara Cível de Direito Privado, no ano que este Tribunal de Justiça completa 150 anos (primeiro de maio).

**PALAVRAS PROFERIDAS:**

**EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL (PRESIDENTE):**

Ao Senhor do Universo peço que nos conceda a graça da sabedoria, da inteligência, a todos nós julgadores, a digna procuradora de justiça, a todos os servidores, pois estamos, de uma certa forma, adentrando a sala do senhor, nessa difícil missão de julgar e, que nós, de forma colegiada, tenhamos sabedoria em produzir decisões justas.

Nesta manhã de verão, em que este Tribunal de Justiça completará, no dia 1º de maio, 150 anos de instalação, quando tínhamos apenas 4 (quatro) desembargadores e hoje, decorridos todo esse tempo, temos um corpo de 39 desembargadores.

Hoje, em especial, é um momento de júbilo para todos nós, estarmos instalando aqui, a Quinta Câmara de Direito Privado deste Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Cumprimento, com isto, de forma calorosa aos meus pares julgadores, desembargador José Zuquim Nogueira, desembargador Sebastião de Arruda Almeida, a digna procuradora de justiça, Dra. Eunice Helena Rodrigues de Barros, a senhora Carla Rosana Pacheco, que colabora com esta Câmara como diretora e os demais servidores que estão conosco, a Gabriela, a Letícia, o Leonardo, enfim, a todos que estão aqui nos auxiliando e também ao jurisdicionado que eventualmente estiver acompanhando virtualmente, meus cumprimentos.



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Aqui, cada um tem uma história, uma carreira, o Sr. Des. José Zuquim Nogueira, que é meu colega de Turma, portanto, estamos juntos desde os idos de dezembro de 1985.

O desembargador Sebastião de Arruda Almeida, com quem tive o prazer e a oportunidade de compor o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral, no ano de 2010, um ano muito difícil, em que tivemos vários embates e que desde outrora, esse magistrado demonstrou habilidade e destreza. Tenho muito orgulho e satisfação de tê-lo aqui conosco para somarmos, já que aqui não há presidente sobrepondo a outros colegas, todos serão presidentes, o que explicarei.

Cumprimento também a doutora Eunice Helena Rodrigues de Barros, a quem tive o prazer de dar posse no Ministério Público, na comarca de Várzea Grande, onde convivemos em um certo período. É sempre um prazer revê-la aqui no Tribunal de Justiça.

A Carla Rosana Pacheco, que conheço há muitas décadas, com quem tenho uma convivência por liame familiar, o Des. Mauro José Pereira é tio da Carla.

Vejam, estamos verdadeiramente em família.

Aqui deve prevalecer sempre a consciência no julgamento, como sempre costumo dizer que jamais fiquei chateado com alguém que não me acompanhasse nas decisões, não sou eu quem está sendo julgado, mas a parte.

Nossa função é aplicar o direito, produzir o texto que vai levar a uma decisão, todos temos liberdade, de acordo com nossa consciência de assim proceder, jamais vocês encontrarão um colega que fique desgostoso pelo fato de não ser acompanhado, pelo contrário, sempre que perceberem equívoco, estarei pronto a retificar o voto imediatamente.

Estou certo de que teremos uma convivência de paz e harmonia e, principalmente, de confiança de um para com o outro.

No mundo em que vivemos de alta tecnologia, do direito digital, há uma necessidade de redobrar nossa atenção.

Como disse anteriormente, a presidência dessa Câmara, embora por um dispositivo legal seja do mais antigo, na condução dos trabalhos, durante o julgamento, cada colega será o presidente do processo no qual seja o relator, a quem concederei a palavra, exemplificativamente, quando um processo do Des. José Zuquim Nogueira estiver em pauta para julgamento, ele exercerá a presidência, coletará os votos e os proclamará.

Essa é também uma forma de otimizar nosso tempo para que não fiquemos



**ESTADODE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

com várias interferências que reputo desnecessárias.

Outro ponto que considero importante é que aqueles processos de menor grau de complexidade e nos quais não houver pedido de sustentação oral sejam, por gentileza, submetidos à sessão virtual, ficando reservada a sessão por videoconferência ou eventualmente presencial, apenas para aqueles processos de uma certa complexidade e que os advogados tenham requerido sustentação oral.

Não há nenhum processo em pauta, embora já estejamos recebendo a distribuição, de diversos feitos de todas as naturezas, da competência específica desta Câmara, mas em breve teremos processo para serem pautados, que num primeiro momento, deverão ir para sessão virtual, e esporadicamente, na medida em que formos avançando nos dias e meses, teremos processos para serem julgados aqui em colegiado por videoconferência ou presencialmente.

Passo a palavra ao Des. José Zuquim Nogueira, para que faça uma explanação, já que este é um momento histórico de instalação desta Câmara, em que há uma vontade de trabalhar e principalmente de estudar o Código Civil, cuja alteração está em curso e trará novas regras estruturantes, o que demandará de nós, juntamente com nossas equipes de assessores, que nos debruçemos no estudo porque tudo está em transformação e de forma tão rápida como nunca sucedeu antes na história da civilização humana, em face a revolução da comunicação e da informação, estamos na era do direito digital, há uma sociedade digital que se contrapõe à sociedade física, e os conflitos vão mudando de plataformas, saem da física para a digital.

Um exemplo, como mencionei, Des. Sebastião de Arruda Almeida, nessa extensão de julgamento, é uma pauta digital, então o senhor percebe como isso está sendo modificado da época que ingressamos na magistratura, a jurisdição que exercíamos, hoje sofreu uma profunda alteração, neste século estabeleceu-se uma interface é do julgador com os protagonistas, os atores do sistema judicial, num diálogo alicerçado por alguns princípios constitucionais, encartados no nosso Código de Processo Civil, no artigo 4º até o artigo 15, temos, obviamente, uma outra forma de jurisdicionar, muito diferente daquela de quando demos o início na nossa carreira.

Passo a palavra ao desembargador José Zuquim Nogueira.

**EXMO. SR. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA (VOGAL):**



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Registro que me sinto lisonjeado por integrar essa câmara, principalmente com colegas de escol, tanto quanto vocês são.

A Carla Rosana Pacheco, já tive oportunidade de trabalhar com ela. Des. Sebastião de Arruda Almeida, o conheço de longa data do Juizado. Des. Márcio Vidal já enfrentamos juntos o Direito Público.

Do Público fui para o Privado, de lá para o Criminal, tudo isso buscando me reciclar. E agora, nesta Câmara de direito privado, vou ter oportunidade de reacender a luz do aprendizado.

Estou aqui para integrar esta Câmara totalmente, para ser leal às minhas decisões ao jurisdicionado e, principalmente, aos colegas que merecem todo o meu respeito e estima.

Registro, novamente, minha satisfação de estar integrando esta Câmara, que por certo será de grande aprendizado.

Tenham todos um bom dia.

**EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL (PRESIDENTE):**

Obrigado pelas palavras amáveis, dirigido a todos nós.

Ouço agora o digno colega Des. Sebastião de Arruda Almeida.

**EXMO. SR. DES. SEBASTIÃO DE ARRUDA ALMEIDA  
(VOGAL):**

Obrigado, bom dia, a todos.

Estou bastante feliz e à vontade, apesar de ter ascendido ao desembargo recentemente, mas, como bem disse o nosso presidente, Des. Márcio Vidal, temos histórias anteriores no eleitoral, nas áreas criminais, o Desembargador deve ser recordar nos idos de 1994, 1995.

O Des. José Zuquim Nogueira, por mais de uma década trabalhamos juntos nas Turmas Recursais, dividíamos as jujubas da Des. Maria Aparecida Ribeiro. Ele já conhece meu perfil profissional, pensamentos sobre determinadas matérias.

A Carla Rosana Pacheco, nem precisamos dizer, já é patrimônio nosso, muitos anos de convivência.



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Dra. Eunice Helena Rodrigues de Barros, também tive o prazer de trabalhar com ela de 2005 a 2007, na Quinta Câmara Cível, com o Des. Leônidas Duarte Monteiro, Des. Carlos Alberto Alves da Rocha, Des. Orlando de Almeida Perri e o Des. Sebastião de Moraes Filho.

Enfim, me sinto à vontade de participar dessa Câmara.

Optei pela Câmara de Direito Privado diante da multiplicidade das matérias, como bem disse o Des. José Zuquim Nogueira, isso nos provoca ao estudo, à reflexão, à atualização.

Sou extremamente adepto ao princípio da colegialidade, como bem disse o Des. Márcio Vidal, não fico defendendo meu ponto de vista o tempo todo, abrindo voto divergente, não, a partir do momento que estabelecemos uma dinâmica e verificarmos que determinado entendimento é o predominante na Câmara, pode os senhores contar que, ressaltando o meu posicionamento jurídico, pelo princípio da colegialidade, nos alinharemos.

E, conforme diz o Des. Márcio Vidal, o sucesso dos trabalhos passa muito pela confiança entre os membros da Câmara, inclusive do Ministério Público, porque, ainda que divergente, ainda que vencido em determinada matéria, essa lealdade, essa boa fé, nos permitirá uma melhor e maior dinâmica nos julgamentos.

Pode contar comigo, também serei leal, divergências de ideias é mais do que natural e até salutar para um colegiado, afinal de contas, aqui nós não julgamos diretamente, aqui não se sentencia, mas sim, construímos o julgamento e a divergência de ideias, como eu disse, é salutar.

Des. Márcio Vidal, Des. José Zuquim Nogueira, não me melindro ou fico constrangido, contrariado, votei, está tudo certo, se precisar reformar, contem comigo, revisito tudo o que defendi.

Enfim, espero que, como eu sempre dizia na Turma Recursal, sejamos felizes, é o que esperamos. Felizes onde estamos e trabalhando com as pessoas com as quais temos afinidade, respeito e consideração, acredito que teremos grande sucesso.

Muito obrigado a todos.

**EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL (PRESIDENTE):**

Des. Sebastião de Arruda Almeida, obrigado pelas palavras de alegria e



**ESTADODE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

conscientes.

Abro um parêntese, tudo que o senhor falou vem a calhar com o novo comando legal do Código de Processo civil, que é o artigo 926. O Tribunal tem o dever de manter a jurisprudência coerente, estável e íntegra. Dentro dessa trilogia extraída desse comando legal mencionado é que temos que encontrar o equilíbrio. Tenho um ponto de vista, mas até que ponto isso é importante para o conjunto da obra?

Como disse, sempre que for necessário retificar e julgar de acordo com a consciência.

A exemplo dos colegas, eu também vim para cá com o intuito de me sentir motivado a estudar, porque fiquei 15 (quinze) anos na Câmara de Direito Público, mais 9 (nove) anos na Vara da Fazenda Pública e foi um grande aprendizado, parte de uma vida, mas precisava de novos ares para me sentir instigado e cobrado por mim mesmo, a cobrança primeiro vem de mim, eu mesmo me cobro que preciso estudar, preciso dedicar e nada melhor do que trabalho e o estudo, essas são duas coisas fundamentais na vida de um homem, homem no sentido genérico, de todos os seres humanos, o trabalho e o estudo, o conhecimento com o qual se possa, de certa forma, contribuir para sua evolução e minimamente para com a sociedade.

Isso é marcante, como disse, é momento de júbilo, de alegria, de empolgação por estarmos dando início a essa Câmara de Direito Privado.

Dra. Eunice Helena Rodrigues de Barros, fique à vontade para se manifestar, por favor.

**EXMA. SRA. DRA. EUNICE HELENA RODRIGUES DE  
BARROS (PROCURADORA DE JUSTIÇA):**

O acaso não existe, participar da instalação desta 5ª Câmara de Direito Privado, com pessoas que me são muito queridas, que tiveram passagens importantes na minha vida, como Vossa Excelência citou, me deu posse quando fui promotora em Várzea Grande, tive a oportunidade de trabalhar com o Dr. José Zuquim Nogueira, também no Juizado Especial, por um bom tempo, com o Des. Sebastião de Arruda Almeida, o que me traz satisfações e boas lembranças.

Saber também, que agora a 5ª Câmara de Direito Privado estará composta por pessoas de escol, cujos julgamentos serão de efetiva justiça, tenho certeza disso. Os



**ESTADODE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

jurisdicionados de Mato Grosso estarão muito bem atendidos quando tiverem seus processos sendo analisados pela 5ª Câmara de Direito Privado.

Estamos de parabéns por contarmos com uma Câmara tão sensível aos problemas da sociedade mato-grossense.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e participar dessa solenidade de instalação que muito me honra. Muito obrigada pela oportunidade.

**EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL (PRESIDENTE):**

Agradeço as palavras dirigidas a todos pela digna Procuradora de Justiça.

Solicito a Diretora Carla Rosana Pacheco, que faça a leitura da ata, sendo que as palavras aqui ditas devem ser redigidas e inseridas nesta primeira ata, de instalação da Câmara, que ficará disponível no site do Tribunal de Justiça.

**CARLA ROSA PACHECO (DIRETORA):**

Ata número 001, barra 2024 da Quinta Secretaria de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso aos 27 dias do mês de fevereiro de 2024, às 8:30 em sessão de videoconferência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob à presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Márcio Vidal, cadeira um, reuniu-se a egrégia Quinta Câmara Cível de Direito Privado, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores, José Zuquim Nogueira, cadeira dois, e Sebastião de Arruda Almeida, da cadeira três, Membro do Ministério público, a Excelentíssima Senhora Doutora Eunice Helena Rodrigues de Barros, a diretora da Secretaria provisória, Carla Rosana Pacheco, presidente da sessão, declarou aberta e instalada a quinta Câmara Cível de Direito Privado no ano em que este Tribunal completo 150 anos, Primeiro de Maio, em vista da inexistência de processos pautados nessa sessão, declarou o senhor presidente encerrada esta sessão, à qual se realizar-se-á semanalmente às terça-feira, às 8 e 30 horas, no plenário 3 deste egrégio Tribunal, vai assinado pelo desembargador Márcio Vidal, presidente da Quinta Vara Civil de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

Em vista da inexistência de processos pautados nessa sessão, declarou o Senhor Presidente



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

encerrada, a qual se realizará semanalmente às terças-feiras, às 08:30 horas, no Plenário 03, deste Tribunal de Justiça.

**Desembargador MÁRCIO VIDAL  
Presidenteda 5ª Vara Cível de Direito Privado do TJMT**





# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, recomendamos o uso do aplicativo TodoJud, disponível para download em seu dispositivo móvel através da Google Play Store ou da Apple App Store.

**Código verificador - AD:588F0000-2D50-A655-6289-08DC44730E5F**

